

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Vai que é tua, Pacheco

Com tanta confusão na praça, o presidente da Câmara, Arthur Lira, adiou as reuniões previstas para esta semana. Afinal, quem tem que decidir sobre o destino da PEC da reoneração da folha é o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Também está nas mãos do senador as decisões relativas ao Supremo Tribunal Federal.

## A live do “eu avisei”

Assim, os próprios bolsonaristas se referem às falas de Bolsonaro e seus três filhos na noite de domingo. E a frase que mais chamou a atenção foi “quando o Executivo tem o Judiciário na mão, ele, por antecedência, faz uma assepsia, tira da frente os candidatos que podem fazer sombra ao atual mandatário”.

## Sigam o chefe

A live, à véspera da operação da Polícia Federal sobre o vereador Carlos Bolsonaro, o 02, serve de roteiro para a defesa do ex-presidente e de seus filhos nas redes sociais.

## Põe na conta dele

Com o deficit de R\$ 230 bilhões, o governo se afasta mais um pouquinho da meta de deficit zero proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

# Abin à própria sorte

Em meio ao escândalo de monitoramento de adversários do ex-presidente Jair Bolsonaro, os servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estão atônitos com a perspectiva de o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizar a divulgação da lista de todas as pessoas monitoradas pelos seus agentes. É que, entre os 30 mil logs feitos com os equipamentos comprados em 2018 pelo governo Michel Temer, há uma miscelânea de espionagem ilegal e outras feitas mediante autorização, inclusive, de agências de outros países, no combate ao terrorismo internacional.

\*\*\*\*\*

Há quem esteja com receio, inclusive, de

que essa divulgação ampla e geral provoque constrangimentos diplomáticos, uma vez que esses monitoramentos envolvem pedidos estrangeiros. Para completar, servidores da Abin que fazem um trabalho de Estado, muito distante da espionagem “paralela” sob os holofotes agora, reclamam que, até o momento, não surgiu nenhuma voz do governo para defender a instituição. Tampouco o seu diretor-geral, Luiz Fernando Correa. Quando ninguém defende uma instituição é sinal de que ela está à deriva. Integrantes do governo Bolsonaro consideravam a Abin petista. A turma de Lula vê a agência como bolsonarista. Falta quem a veja como um órgão de Estado, que serve ao país, e não ao inquilino de plantão no Palácio do Planalto.



## CURTIDAS

**Moretti em contagem regressiva/** No Palácio do Planalto, assessores já foram avisados de que Alessandro Moretti não será mantido no papel de número dois da Abin. Será o próximo a sair. A ideia, aliás, é mudar tudo na agência e deixá-la com o papel de Estado para que foi criada.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



**Grupo anti-Cappelli/** De saída da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli (**foto**) tem dificuldades de ser nomeado para comandar a Abin. É que tem muita gente no Planalto dizendo que ele não é servidor de carreira de Estado. Ali, lida-se com informações confidenciais, típicas de carreira de Estado.

**Por falar em Justiça.../** Foi o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre, quem levou os recursos do Ministério da Justiça para emendas parlamentares. Só tem um probleminha: quem libera é o Executivo. Portanto, nesse caso, se o novo ministro, Ricardo Lewandowski, quiser liberar as verbas, basta combinar com o presidente Lula. O problema será se quiser mudar a destinação.

**Carnaval animado/** A Polícia Federal não vai parar toda a semana de carnaval, nem na semana que antecede a festa. Logo, tem muita gente por lá apostando em novas operações dentro dos inquéritos da “Abin paralela”.

## INVESTIGAÇÃO

Por meio de ofício, presidente do Congresso solicitou ao Supremo nomes de parlamentares alvos de espionagem da Abin

# Pacheco pede lista ao STF

» ALINE BRITO  
» EVANDRO ÉBOLI  
» RENATO SOUZA  
» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), enviou, ontem, ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a lista dos nomes de parlamentares que foram alvos da espionagem ilegal realizada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Encaminharei ao Supremo Tribunal Federal ofício solicitando os possíveis nomes de parlamentares clandestinamente monitorados pela Agência Brasileira de Inteligência, dada a gravidade que um fato dessa natureza representa”, declarou Pacheco. O documento foi destinado ao relator do inquérito que investiga o caso na Suprema Corte, ministro Alexandre de Moraes. A iniciativa de Pacheco surgiu após a Polícia Federal (PF) deflagrar nova fase da operação Vigilância Aproximada, que cumpriu um mandato de busca e apreensão em endereços ligados ao vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho 02 do ex-presidente.

**Encaminharei ao Supremo Tribunal Federal ofício solicitando os possíveis nomes de parlamentares clandestinamente monitorados pela Agência Brasileira de Inteligência, dada a gravidade que um fato dessa natureza representa”**

**Rodrigo Pacheco (PSD-MG),**  
presidente do Congresso

quer que seja. É uma perseguição implacável que, no meu entender, o objetivo é esculachar. Eu não tenho nada a ver com essa questão da busca e apreensão”, alegou o ex-presidente.

“Não quero culpar a Polícia Federal. É uma perseguição implacável por parte do ministro Alexandre de Moraes, é inacreditável o que esse homem faz.”

Nas redes sociais, parlamentares bolsonaristas compartilharam o mesmo ponto de vista do ex-chefe do Executivo. O deputado Messias Donato (Republicanos-ES) reagiu à busca contra o vereador da capital fluminense. “E começa mais uma semana com perseguição política escancarada para minar adversários e calar a oposição. E ainda tem quem ache que estamos em uma democracia plena”, registrou. Enquanto parlamentares da oposição se solidarizaram com o filho 02 de Bolsonaro e acusam o STF de querer acabar com a direita política no Brasil, políticos que integram a base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comemoraram a operação da PF.

O secretário executivo do Ministério da Justiça, **Ricardo Cappelli**, acusou a oposição de incoerência. “Cometem crimes e apontam o dedo. Espionaram e monitoraram ilegalmente milhares de brasileiros e brasileiras e, agora, se dizem perseguidos”, escreveu.

Ed Alves/CB/D.A Press



Iniciativa de Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso, surgiu após Polícia Federal deflagrar nova fase da Operação Vigilância Aproximada

## Despedida

Cappelli anunciou, ontem, que vai deixar o Ministério da Justiça nesta semana. “Fiz o melhor que pude pela democracia e pelo Brasil”, escreveu no X. A saída ocorre na esteira da troca de comando na pasta, com Ricardo Lewandowski assumindo a Justiça. Além de uma possível candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro, ele poderá voltar à cidade como secretário municipal.

“Quem os persegue são os princípios consagrados na Constituição”, completou. Na postagem, Cappelli ainda parabenizou a PF pela operação.

Nesse sentido, o deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) e pré-candidato à prefeitura de São Paulo pediu que a polícia identifique “todos os responsáveis”. “A investigação sobre pessoas ligadas ao esquema da Abin paralela chegaram (que surpresa) no Carluxo e seus assessores”, ironizou Boulos.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, o deputado federal André Jacones (Avante-MG) e o senador Randolfe Rodrigues (sem

partido-AP), líder do governo no Senado, também demonstraram contentamento com a operação. “Não há nada escondido que não venha a ser revelado”, publicou Randolfe, em referência a uma passagem bíblica.

Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ressaltou que houve uma “contaminação” dos órgãos públicos no governo anterior.

Segundo ele, havia uma organização criminosa instalada nas instituições. “Os processos de apuração não se restringem à Abin. Envolvem todos os órgãos, sejam civis ou militares”, frisou. “Desde o ano passado, isso já vem sendo desenvolvido de

forma autônoma pela Polícia Federal, a partir das determinações do Judiciário, e nós não descansaremos enquanto todos aqueles envolvidos nos crimes preparatórios de 8 de janeiro sejam devidamente apurados e punidos. Existia uma organização criminosa no governo anterior que envolvia várias instituições.”

Ele defendeu a continuidade das investigações. “O clima de ódio semeado durante quatro anos no governo anterior envolveu e contaminou várias instituições civis e militares, e a apuração sobre envolvimento individual em todas as instituições tem que continuar”, destacou.